

## Interseccionalidade de gênero como teoria e prática formativa educacional

Gender intersectionality as theory and educational training practice

Angela Cristina de Souza Bezerra<sup>1</sup>

Larissa Mendonça de Souza Santos<sup>2</sup>

Recebido em 29 de novembro de 2025.

Aprovado em 15 de abril de 2026.

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a interseccionalidade de gênero como conceito que se impõe aos debates acadêmicos e às diretrizes educacionais. Evidenciam-se, no texto, as relações de poder que se estabelecem a partir do gênero, tipificação que se intersecciona com outros atributos, como raça e classe social, e que servem à discriminação contra a mulher. A fundamentação teórica selecionada tem como finalidade elucidar os complexos mecanismos discursivos utilizados para submeter a mulher à inferiorização frente ao gênero masculino, prática que tem sido consolidada, nas sociedades contemporâneas, pelo conservadorismo retrógrado e pelos discursos de ódio. São trazidas ao debate teses de autoras que se dedicam ao tema da interseccionalidade, como Kimberlé W. Crenshaw, Judith Butler e Lélia González. Problematisa-se, a partir da análise dos textos publicados, o próprio conceito de interseccionalidade, o qual, ao ser confrontado com a teoria feminista por supostamente alijar a mulher negra dos debates, tem sido avaliado como excludente de outras categorias femininas, como a mulher lésbica. O artigo é finalizado com propostas de estratégias educacionais para inserção do tema interseccionalidade de gênero nas salas de aula.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade de Gênero. Relações de Poder. Estratégias Educacionais.

### ABSTRACT

This article aims to reflect on gender intersectionality as a concept that is imposed on academic debates and educational guidelines. The text highlights the power relations that are established based on gender, a classification that intersects with other attributes, such as race and social class, and that serve to discriminate against women. The selected theoretical framework aims to elucidate the complex discursive mechanisms used to subject women to inferiority in relation to men, a practice that has been consolidated in contemporary societies by retrograde conservatism and hate speech. The debate draws on the theses of authors who have dedicated themselves to the theme of intersectionality, such as Kimberlé W. Crenshaw, Judith Butler, and Lélia González. The investigation of published texts questions the very concept of intersectionality, which, when confronted with feminist theory for excluding black women from debates, has been evaluated as excluding other female categories, such as lesbian women. The article concludes with proposals for educational strategies to introduce the theme of gender intersectionality into classrooms.

**Keywords:** Gender Intersectionality. Power Relations. Educational Strategies.

<sup>1</sup> Doutora em Literatura Comparada, Mestre em Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, Graduada em Letras - Português/Literaturas. Professora da Universidade Veiga de Almeida (UVA). E-mail: [angelacsbezerra@gmail.com](mailto:angelacsbezerra@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduanda em Letras Português. Universidade Veiga de Almeida (UVA). E-mail: [larimendoncas@gmail.com](mailto:larimendoncas@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

A interseccionalidade tem como objetivo instrumentalizar, com teoria e método, as pesquisas sobre as discriminações sociais, considerando as superposições de identidades que dão causa a relações de subalternidade e privilégio. Em sua origem, o termo “interseccionalidade” está associado aos debates sobre o gênero feminino e sobre a condição sociocultural da mulher, mais especificamente da mulher negra. Ele foi proposto, em 1989, pela escritora, professora, jurista e ativista estadunidense Kimberlé W. Crenshaw e foi adotado pela primeira vez no artigo “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas”.

Todavia, o conceito ampliou-se, abarcando os estudos sobre as identidades sociais e os sistemas de opressão, discriminação e dominação que as submetem. O pioneirismo e a relevância do trabalho de Kimberlé Crenshaw sobre teoria crítica da raça e teoria jurídica feminista negra fomentaram encontros acadêmicos e publicações realizados em países como África do Sul, Índia e Brasil.

A interseccionalidade de gênero não tem primazia sobre as demais opressões. Os preconceitos alicerçados na diferença de classe, raça e orientação sexual exigem ser debatidos com urgência por todos os atores sociais e nos mais variados espaços, onde possam ser disseminadas ideias que combatam o sectarismo, a exclusão, a intolerância e os discursos de ódio direcionados a quem se supõe diferente e são, muitas vezes, legitimados como liberdade de expressão. No entanto, a discriminação contra as mulheres é atravessada por outros discursos de preconceito e desempoderamento no entrecruzamento de identidades.

No contexto das relações sociais contemporâneas, marcadas pela diferenciação e pela violência de todos os tipos contra o gênero feminino, os debates sobre a interseccionalidade de gênero contribuem para a qualificação de estudantes que atuem como agentes transformadores da sociedade. Para tanto, é necessário que os estudantes, especialmente os jovens que cursam o ensino médio e a graduação, sejam convocados a debater o tema, a fim de construir visões críticas e propor ações de enfrentamento ao preconceito contra a mulher.

## O GÊNERO FEMININO, OS DISCURSOS DE PODER E A INSCRIÇÃO DA DOR

A história precede o conceito; a dor precede o discurso. Portanto, antes de se discutir o conceito de interseccionalidade de gênero nos espaços acadêmicos, deve-se refletir sobre as experiências das mulheres que fazem parte de uma sociedade que as exclui e as trata como desiguais em razão do gênero. São inúmeros os relatos sobre discriminação contra a mulher. Algumas narrativas se tornaram famosas e inauguraram as primeiras linhas das reflexões sobre o tema; outras se perdem, dia após dia, no anonimato dos espaços domésticos ou no vozerio das instituições públicas e organizações privadas.

Selecionar relatos entre tantas histórias emblemáticas de mulheres que sofreram discriminação não é tarefa fácil. No entanto, é significativa a história de Sojourner Truth, afro-americana, escravizada, que enfrentou a sociedade do século XIX para defender a liberdade dos negros e o direito das mulheres. Em acordo com seu proprietário, Sojourner Truth fiou cinquenta quilos de lã em troca de sua liberdade, mas, ainda assim, precisou fugir. Em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio, proferiu seu primeiro e mais famoso discurso (Truth, 2014):

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens e devem ser carregadas para atravessar as valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? no qual expôs as feridas de ser mulher e negra, descortinando um problema que ainda permanece no centro da questão feminina: a fragilização biológica e social da mulher. Sojourner Truth questiona diante da plateia: “Eu não sou uma mulher?”

Mais de um século depois, uma experiência vivida por Kimberlé W. Crenshaw (2011, p.1) expôs a permanência do preconceito de gênero. Relata a autora que, ao ingressar na Faculdade de Direito em Harvard, em 1981, foi informada por um colega, o primeiro afro-americano aceito na instituição, de que não poderia acessar as dependências da faculdade pela porta da frente. Acreditando tratar-se de uma deliberação fundada no preconceito racial, a jovem Kimberlé foi surpreendida com a explicação de que não poderia entrar pela porta da frente não por ser negra, mas por ser mulher. O relato de Kimberlé Crenshaw constitui uma comprovação irrefutável de que a discriminação contra a mulher, muitas vezes, antecede as discriminações de raça, classe e sexualidade.

A primeira experiência reverbera na segunda e ambas refletem as dores de muitas mulheres que, em todo o mundo, são marcadas por uma biologização social que as inferioriza em relação ao homem. Não se torna necessário, neste momento, discorrer sobre

as estatísticas das múltiplas violências praticadas contra a mulher. Todos os números conduzem à mesma conclusão: a despeito dos discursos, sejam eles acadêmicos, jurídicos, jornalísticos ou midiáticos, que se difundem e adquirem maior credibilidade e força de argumentação na sociedade, o preconceito contra a mulher se manifesta em um continuum alarmante. Por isso, é necessário retomar constantemente as origens do debate, ratificar razões e refletir mais uma vez sobre as relações de gênero e sobre como se deu a edificação e permanência de um patriarcado estrutural que condena as mulheres à condição de submissão.

Pierre Bourdieu argumenta que a origem da “dominação masculina” se encontra na própria organização do universo, fundada em um sistema de oposições homólogas (alto/baixo, direita/esquerda, claro/escuro, forte/fraco etc.) que representa, de forma arbitrária, a oposição entre o masculino e o feminino. Argumenta Bourdieu (2010, p.17) que “a divisão entre os sexos parece estar na ‘ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável”.

Sob tal perspectiva, pode-se concluir que a existência de um princípio simbólico que subjaz à própria língua e que organiza os discursos em favor do masculino tornou urgente o desfazimento da doxa prevalente, dos ritos e dos estigmas. Assim, compreende-se o valor da constituição de uma “história das mulheres”, corrente teórica inaugurada na década de 1960 na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. O gênero feminino tornou-se, então, objeto de estudo da história e de outras áreas das ciências humanas.

Michelle Perrot (2008, p.20) destaca alguns fatores decisivos para que as mulheres passassem a ser compreendidas como sujeitos no âmbito das pesquisas científicas. Entre eles estão a presença das mulheres na universidade como estudantes e docentes e a emergência do movimento de liberação das mulheres, que se consolida a partir dos anos 1970, com apoio do movimento feminista, especialmente de intelectuais como Simone de Beauvoir, cuja obra *Le Deuxième Sexe*, publicada em 1949, tornou-se referência central das aspirações femininas.

Se, por um lado, há que se comemorar o surgimento da “história das mulheres”, por outro, observa-se a manutenção de uma “cosmologia sexualizada”, termo adotado por Bourdieu (2010, p.16), que traduz o quão difícil é promover uma mudança nas relações de gênero. Essa estrutura de poder masculino se mantém em nome de um patriarcado que, embora seja considerado obsoleto como conceito por alguns autores, ainda regula práticas sociais, como destaca Judith Butler: “Embora afirmar a existência de um patriarcado

universal não tenha mais a credibilidade ostentada no passado, a noção de uma concepção genericamente compartilhada das ‘mulheres’, corolário dessa perspectiva, tem-se mostrado muito mais difícil de superar” (2008, p.21).

A bandeira do patriarcado continua hasteada e volta a tremular no ideário da direita ultraconservadora, autorizando discursos presentes em diferentes espaços sociais, pelos quais a mulher é nominada pejorativamente como “dona patroa”, “dona maria” ou “dona encrenca”, ou ainda adjetivada de maneira infame como “louca”, “bruxa” e “histérica”. Apesar do engajamento na luta pelos direitos das mulheres por intelectuais e pesquisadoras influentes como Michelle Perrot, Simone de Beauvoir e Judith Butler, o gênero masculino ainda exerce predominância nos discursos, afasta as mulheres das esferas de poder e reproduz violências decorrentes dessa exclusão.

### **INTERSECCIONALIDADE: UM CONCEITO EXCLUDENTE?**

Há uma discussão legítima entre os debatedores do tema da interseccionalidade de gênero que precisa ser apresentada. Diversas vozes, tendo à frente Kimberlé Crenshaw, expõem que a discriminação contra mulheres negras é absorvida por uma estrutura maior, que é a discriminação contra o gênero feminino. Por consequência, a interseccionalidade de gênero poderia ocultar o preconceito específico contra a mulher negra, desconsiderando que a raça intensifica a segregação pelo entrecruzamento de identidades, como mulher e negra. A questão se agrava quando gênero, raça e pobreza se interseccionam.

Nesse sentido, Crenshaw (2002, p.174-175) constata:

O problema dessa abordagem superinclusiva é que a gama total de problemas, simultaneamente produtos da subordinação de raça e de gênero, escapa de análises efetivas. Por consequência, os esforços no sentido de remediar a condição ou abuso em questão tendem a ser tão anêmicos quanto é a compreensão na qual se apoia a intervenção.

Sem dúvida, o dilema colocado por Crenshaw merece atenção especial. Todavia, com o devido cuidado na condução dos debates, é possível particularizar as condições de subordinação e privilégio com a análise dos dados sobre as relações interseccionais. Novas metodologias têm sido aplicadas às pesquisas e novos parâmetros de análise, notadamente os que ressaltam a subjetividade, oferecem diretrizes para a compreensão de matéria tão complexa. Judith Butler (2008, p.18) alerta para o fato de que as relações entre teoria feminista e política inseriram nos discursos uma instabilidade em relação ao conceito de

“sujeito”, o que provoca divergências quanto ao que constitui a categoria das mulheres. Em outras palavras, não se pode construir um discurso representativo de todas as mulheres, porque os movimentos políticos têm salientado que a categoria não deve sobrepujar o indivíduo.

Essas duas correntes teóricas sobre o mesmo tema colocam o pesquisador em uma encruzilhada: deve-se considerar a subjetividade e as múltiplas identidades, visando ao empoderamento do indivíduo nos diversos contextos sociais em que ele se encontra, ou deve-se optar pela definição de interseccionalidade como “teoria da identidade”, a fim de que se impulsionem medidas em favor da justiça social? Não há resposta definitiva, porque os debates se renovam constantemente.

O dissenso se agrava quando o próprio conceito de interseccionalidade é confrontado por autores que defendem a ideia de que o decolonialismo, como teoria e prática, assegura de forma mais consistente a reivindicação de políticas públicas em benefício dos subalternizados, tendo em vista que não segmenta pessoas em categorias distintas. Essa tese é defendida por Ochy Curiel (2017), afro-dominicana, ativista do lesbofeminismo, para quem a interseccionalidade proposta por Crenshaw, pensada fundamentalmente para o âmbito jurídico, parte de dois eixos da diferença, o gênero e a raça, o que fragmenta o próprio sujeito que se identifica como um ser múltiplo.

Diversas autoras, ativistas do feminismo negro, dão seguimento aos estudos pioneiros de Crenshaw. Carla Akotirene (2019, p.14) argumenta que “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”.

Neste ponto da investigação, surge uma dúvida: o conceito de interseccionalidade deve permanecer restrito aos imperativos da mulher negra? Ou, visto de outro modo, existe um estudo sobre interseccionalidade de gênero que não exclua a mulher branca? Se é consenso que a origem dos debates sobre a discriminação contra a mulher reside no patriarcado, não seria legítimo que as reivindicações que alicerçam os estudos sobre interseccionalidade se estendessem a todas as mulheres e não apenas àquelas que são categorizadas, no processo de racialização, como negras? As pesquisas indicam que reside, no interior da interseccionalidade, certo desapontamento com o movimento feminista.

Quando se leem os textos das mulheres que se firmam nos debates contemporâneos sobre interseccionalidade, evidenciam-se críticas às teorias feministas, sob o argumento de que elas foram projetadas por mulheres brancas pertencentes a grupos sociais de prestígio.

Betty Friedan, pioneira do feminismo, é constantemente lembrada como alguém que ignorou mulheres não brancas, pobres e operárias, vítimas reais do machismo. Bell Hooks (2015, p.194) reconhece ser direito das mulheres brancas, casadas e de classe social abastada exigir que seu papel social não se limitasse a cuidar da casa, do marido e dos filhos. No entanto, ressalta que essas não eram preocupações políticas urgentes da maioria das mulheres, mais preocupadas com a sobrevivência econômica, a discriminação étnica e racial, entre outras questões. Diante dessa constatação, a interseccionalidade tornou-se sustentáculo das demandas de mulheres que passaram a ser consideradas vítimas reais do machismo e de uma sociedade que rejeita a cor de sua pele.

Não se contesta a validade desses argumentos. Contudo, é preciso problematizar o tema, afastando o risco de que, com o tempo, ele se mantenha como motor de apenas uma categoria feminina, mulheres negras pobres, em detrimento de outras categorias de mulheres, negras ricas, brancas pobres, brancas ricas, lésbicas, bissexuais e assexuais, que emergem especialmente de sociedades diversificadas e que não se destacam pela criação e aplicação de políticas públicas que protejam as mulheres, como é o caso da sociedade brasileira.

## **INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO EM FOCO NO DEBATE ACADÊMICO**

Sabe-se que os discursos não somente descrevem a realidade, mas a constroem, reforçando perspectivas estabelecidas e silenciando outras. Assim como acontece nas dinâmicas econômicas e políticas, os discursos também são estruturados a partir dessa noção: quem fala, como fala, quando fala e quantas versões são apresentadas. Exercer poder envolve não somente impor a versão dominante da história de alguém, mas também garantir que o discurso ocupe o lugar central das narrativas sociais.

Djamila Ribeiro (2018, p.13) argumenta que:

É impossível falar sobre história única sem falar sobre poder. Há uma palavra da língua igbo de que sempre me lembro quando penso nas estruturas de poder do mundo, e a palavra é nkali. Trata-se de uma expressão que pode ser traduzida como “maior do que o outro”. Como o mundo econômico e o político, histórias também são definidas pelo princípio do nkali. A forma como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo depende do poder. Poder é a habilidade não só de contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa.

É fundamental, portanto, que se investigue de que forma as relações de poder se manifestam por meio dos discursos que circulam nas instituições sociais, especificamente

no setor educacional. De antemão, sabe-se que, invariavelmente, o foco recai sobre uma base discursiva consolidada no Brasil desde os tempos coloniais: a supremacia branca e a correspondente subordinação racial. “Os aspectos culturais e políticos das relações raciais demonstram como o branco afirmou sua supremacia às expensas e em presença do negro” (González, 2020, p.33). Essa relação de poder entre dominador e dominado estende-se do período colonial aos dias atuais e atravessa os discursos proferidos por diversos atores sociais e em diferentes suportes.

Sob esse prisma, cabe destacar que o discurso não é apenas um objeto verbal dotado de autonomia em relação ao contexto em que se constitui. Teun van Dijk (2020, p.14) evidencia que o discurso deve ser analisado também como “uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação cultural, social, histórica ou política”. O autor destaca ainda a importância de se analisar como o acesso ao discurso é controlado por aqueles que detêm o poder, especialmente na mídia de massa, uma das principais formas de comunicação pública. É fundamental questionar quem controla essa comunicação, quem possui voz e de que forma esses fatores influenciam a construção de contextos sociais e políticos (*ibid.*, p.19).

Essas considerações devem ser feitas pelos professores ao elaborarem estratégias educacionais que objetivem desestabilizar o poder dos discursos que inferiorizam a mulher. O texto selecionado para a atividade pedagógica não pode ser trabalhado como objeto autônomo. É necessário inseri-lo nos contextos sociais, políticos, históricos e culturais que o constituíram e que o mantêm. A leitura de textos deve ser capaz de romper as fronteiras entre o conhecimento e o não conhecimento, entre a reflexão crítica e a massificação de ideias.

Juntamente com os estudos decoloniais e com as teorias sobre educação antirracista, teoria crítica da raça e outras abordagens sociológicas, é fundamental que sejam inseridas nas salas de aula as vozes femininas que debatem o preconceito de gênero, a fim de evitar que a discussão se perca na superficialidade de conclusões inócuas. Todavia, professores engajados frequentemente se veem acudados por pessoas que, guiadas pela polarização, interferem no processo de ensino e aprendizagem quando o tema é a diversidade cultural.

Foi o que constatou Bell Hooks (2013, p.49) em sua vivência como professora: “Certas pessoas acham que todos os que apoiam a diversidade cultural querem substituir uma ditadura do conhecimento por outra, trocar um bloco de pensamento por outro”. Tal

proposta, de forma alguma, representa quem possui uma visão progressista. Não se pode atribuir a professores comprometidos com a luta das mulheres intenções movidas por um “viés ideológico esquerdista”. A questão transcende a política cotidiana, frequentemente mediada por redes sociais e marcada pelo calor dos debates.

## **DESESTABILIZANDO O PODER: ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS EM FAVOR DA INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio evidencia, no texto introdutório da Área de Linguagens e suas Tecnologias, que os alunos do ensino médio estão em um período da vida caracterizado por maior autonomia, capacidade de abstração e reflexão. Dessa forma, “os jovens, gradativamente, ampliam também suas possibilidades de participação na vida pública e na produção cultural” (Brasil, 2018, p.473).

Consoante com a visão da BNCC para o Ensino Médio, o Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ressalta que os candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), bem como ao recém-criado Enade das Licenciaturas, devem apresentar uma formação humanista e serem capazes de intervir positivamente na sociedade. Nesse sentido, destaca-se a referência ao perfil do estudante, o qual deve ser “comprometido com o respeito às diferenças e às diversidades ambientais ecológicas, étnico raciais, de gênero, geracionais, de classe social, religiosas, sexuais, culturais, políticas, do público-alvo da educação especial, entre outras” (Brasil, 2025).

O imperativo de uma visão humanista e de um perfil comprometido com as diversidades que compõem a sociedade brasileira tem se destacado nos exames nacionais aplicados aos estudantes. Sob uma perspectiva humanista, a violência contra a mulher é entendida como um fenômeno estrutural e como reflexo da desigualdade produzida pelo patriarcado. O INEP, em consonância com suas matrizes de referência, não tem se furtado a incluir temas dessa natureza nas provas, exigindo dos participantes reflexão crítica sobre textos e posicionamento diante de casos concretos apresentados.

Nesse sentido, questões sobre o tema já compuseram o Enade. No exame de 2018, os estudantes foram convocados a responder a uma questão discursiva sobre o assassinato

da vereadora Marielle Franco, ocorrido no mesmo ano, e sobre a desinformação disseminada em redes sociais que buscava associar sua imagem a atos ilícitos e minimizar a gravidade do crime. O texto base da questão define Marielle Franco como “negra, mulher, mãe solteira, bissexual, moradora de favela” (Brasil, Inep, 2018), expondo de forma direta as marcas sociais que atravessam sua trajetória e que se relacionam às violências decorrentes do preconceito que atinge diversas mulheres.

Marielle Franco representa a síntese entre a luta contra a política da heterossexualidade como norma e a interseccionalidade como chave analítica, com seus avanços e complexidades. Ao trazer o caso concreto para o Enade, o INEP transmite a mensagem de que não se pode admitir que futuros profissionais de nível superior sejam coniventes com a violência contra a mulher ou se ausentem dos debates sobre o tema. Em vista desse posicionamento institucional, não se pode pensar em uma educação que se desobrigue de discutir os contextos históricos e socioculturais dos movimentos de luta pelos direitos das mulheres.

De acordo com as diretrizes da BNCC, a utilização de textos em diferentes gêneros discursivos é indicada como estratégia de aprendizagem profícua. Para discutir o preconceito contra o gênero feminino, essa estratégia torna se ainda mais relevante, pois há uma significativa produção textual multimodal, sobretudo oriunda de movimentos artísticos contemporâneos, que traz para o debate entre as jovens questões vinculadas à discriminação de classe, raça e gênero. O rap e o slam são, essencialmente, manifestações de protesto e crítica social e contribuem para a construção de uma visão crítica sobre a sociedade e as relações de poder que nela se manifestam. A charge e a tirinha são gêneros textuais acessíveis a diferentes leitores e, por sintetizarem mensagens, favorecem a ampliação da leitura crítica.

Devem ser associados a esses gêneros textuais, é necessário reforçar, textos teóricos de autoria feminina, o que fortalece os estudos sobre interseccionalidade de gênero, embora o pensamento conservador que, paradoxalmente, persista em espaços universitários, locais de produção de conhecimento e transformação, procure, por vezes, invalidar a produção acadêmica assinada por mulheres.

A sala de aula é um lugar privilegiado onde se pode discutir, sem meias palavras, o preconceito contra a mulher e colocar em questão a dominação masculina, frequentemente naturalizada como padrão cultural. A violência de diferentes tipos, como prática de

opressão, deve ser superada coletivamente por meio da conscientização e da educação transformadora.

Para desestabilizar o poder masculino conservador e transformar a sociedade, é preciso que o estudo sobre interseccionalidade de gênero seja uma prática pedagógica corrente, evolutiva e dinâmica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Debater o feminismo e a interseccionalidade de gênero requer cuidado e atenção, devido à complexidade dos conceitos. Se o feminismo surgiu com escudo e lança para defender os direitos das mulheres, foi ele mesmo, com o tempo, rechaçado inclusive por mulheres que viram no movimento uma indesejável virilização que se apossava do corpo, da mente e do comportamento femininos. A sociedade temia que o feminismo pusesse fim à feminização, e era preciso chamar a mulher à razão com discursos inflamados ou cochichos piadísticos (“Até na Rússia elas permanecem mulheres.”), como lembrou Simone de Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo*.

Como todo movimento, o feminismo sofreu dissensões e, a partir da década de 1990, foi confrontado pelos debates sobre a noção de gênero e interseccionalidade, que submeteram à prova, mais uma vez, a teoria feminista, considerada defensora dos direitos apenas das mulheres brancas, pertencentes ao patriciado e casadas. Inevitavelmente, teóricas e acadêmicas negras se apropriaram da interseccionalidade como conceito, racializando as discussões, a fim de serem a voz da mulher preta e pobre, considerada a verdadeira vítima na construção discursiva que restringe o poder social e político ao homem branco e rico. Todavia, em sociedades múltiplas, como são, em tese, as sociedades ocidentais, a interseccionalidade difundida nos espaços acadêmicos também tem sofrido críticas por não contemplar as aspirações de mulheres não negras e de mulheres lésbicas.

Entre um conceito e outro e quantos mais surgirem para debater e procurar soluções para o problema da discriminação contra a mulher, a formação humanista tem sido o foco de institutos governamentais responsáveis pela educação no Brasil. O INEP, órgão responsável pelo Enade, tem apresentado, de forma contínua, questões relacionadas ao feminismo e à interseccionalidade de gênero e aos eixos temáticos concernentes à violência contra a mulher em suas diversas formas. Exige-se do estudante não apenas conhecimento, mas também uma reflexão aprofundada sobre o tema. E quer se crer que, enquanto não há consenso nos debates, o espaço acadêmico, sempre em evolução, deve ser o local de

desfazimento do velho poder patriarcal, em favor de uma sociedade mais justa para as mulheres.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. (Coleção Feminismos Plurais, *coord.* Djamilia Ribeiro).

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enade**. Brasília, 2018. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/provas/2018/administracao.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2018/administracao.pdf). Acesso em: 5 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_siete\\_110518.pdf](https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_siete_110518.pdf). Acesso em: 5 nov. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In: PAINEL 1: Cruzamento Raça e Gênero*, p.7-16, 2012. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

CURIEL, Ochy. Um diálogo decolonial na cidade colonial de Cachoeira/BA. *In: TEIXEIRA, Analba Brazão; SILVA, Ariana Mara da; FIGUEIREDO, Ângela (Org.). Cadernos de Gênero e Diversidade*, v.3, n.4, p.106-120, out./dez. 2017. Disponível em: [https://www.academia.edu/113946669/Um\\_di%C3%A1logo\\_decolonial\\_na\\_colonial\\_cidade\\_de\\_Cachoeira\\_BA\\_entrevista\\_com\\_Ochy\\_Curiel](https://www.academia.edu/113946669/Um_di%C3%A1logo_decolonial_na_colonial_cidade_de_Cachoeira_BA_entrevista_com_Ochy_Curiel). Acesso em: 2 nov. 2025.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16, p.193-210, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2237>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? **Geledés – Instituto da Mulher Negra**, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 26 out. 2025.

---

Acesso geral: <https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila>  
Licença Copyleft: Atribuição-Usos não Comerciais-Vedada a Criação de Obras Derivadas

